

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	1
1. Introdução	3
2. Limites da independência entre instâncias julgadoras em face da Unidade Punitiva do Estado	17
2.1. A independência entre instâncias no ordenamento jurídico pátrio e seus limites gerais	18
2.2. Da responsabilidade do servidor público como fundamento das esferas punitivas.....	27
2.3. A superioridade da instância penal sobre a decisão administrativa	38
2.4. Da expansão do direito penal à penalização do direito administrativo sancionador	52
3. Da jurisdição penal à administrativa: coisa julgada e a necessária identificação da similitude dos objetos litigiosos	61
3.1. Formação da coisa julgada: as espécies de absolvição no processo penal	63
3.1.1. Provada a Inexistência do Fato	68
3.1.2. Ausência de Prova da Existência do Fato	70
3.1.3. Inexistência de Infração Penal	72
3.1.4. Comprovação da Negativa de Autoria	73
3.1.5. Ausência de Prova da Autoria do Crime	75
3.1.6. Presença de Excludentes de Ilicitude e de Culpabilidade	75
3.1.6.1. Excludente de tipicidade.....	77
3.1.6.2. Excludentes de culpabilidade.....	79
3.1.6.3. Excludentes de ilicitude.....	84
3.1.7. Ausência de Prova Suficiente para a Condenação	89
3.2. O princípio do Ne bis in idem como instrumento de proteção à coisa julgada	92
3.3. A coisa julgada penal e a delimitação dos seus efeitos.....	102
3.4. O objeto litigioso no processo acusatório.....	107

3.5. Elementos de identificação entre os objetos litigiosos do processo penal e do administrativo disciplinar	113
4. Uma releitura da independência entre as instâncias a partir da otimização de princípios constitucionais.....	123
4.1. Os direitos constitucionalmente assegurados aos acusados em geral e a necessidade de uma ampla aplicação.....	124
4.2. O isolacionismo entre as instâncias como ofensa ao princípio da segurança jurídica.....	128
4.3. O princípio da proporcionalidade e a releitura da independência entre as instâncias	134
4.3.1. O Princípio da Proporcionalidade e Sua Otimização	135
4.3.2. A Lei da Ponderação no Conflito entre Princípios: Separação de Poderes versus Presunção de não Culpabilidade, Respeito à Coisa Julgada e Dignidade da Pessoa Humana	143
4.3.3. O Princípio da Proporcionalidade e Adequação da Condenação Administrativa em Face de Sentença Penal Absolutória	147
5. Independência entre instâncias na jurisprudência brasileira	155
5.1. O posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da independência entre instâncias em razão de conflito de julgamentos penais e administrativos.....	156
5.1.1. Dos Precedentes que Deram Origem à Súmula 18.....	157
5.1.2. Das Ressalvas Desde a Origem	169
5.1.3. Precedentes em Sentido Contrário à Tese Majoritária – Proporcionalidade	172
5.2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da independência entre instâncias em razão de conflito de julgamentos penais e administrativos.....	179
5.3. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região e seus precedentes na contramão da jurisprudência majoritária.....	188
5.4. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e a reprodução do posicionamento majoritário.....	196
6. Conclusão	201
Referências bibliográficas	205